

## TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 0124/2006

Pelo presente instrumento, por um lado a **Agência Nacional de Saúde Suplementar**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Dr. Fausto Pereira dos Santos, doravante denominada **ANS**, e por outro lado a Operadora de planos privados de assistência à saúde denominada **Fundação São Francisco Xavier**, inscrita no CNPJ 19.878.404/0001-00, com sede na cidade de Ipatinga/MG, na Avenida Kiyoshi Tsunawaki, s/nº - Das Águas, CEP 35160158, neste ato representada por Ronaldo Monteiro de Sousa, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº M-492.044, expedida pela SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº 056.146.436-72, com poderes para representar a Operadora em juízo ou fora dele, nos termos do Estatuto Social, documento este juntado aos autos do Processo Administrativo de nº 33902.236282/2005-90, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, com fundamento no inciso XXXIX do artigo 4º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, combinado com o artigo 29 da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998, e na forma da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 57, de 19 de fevereiro de 2001,

considerando que a **ANS**, na forma de suas competências legais, está autorizada a celebrar, no âmbito dos processos administrativos sancionadores, compromisso de ajuste de conduta, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 29 da Lei nº 9656/1998;

considerando a existência do Processo Administrativo de caráter sancionador, instaurado sob o nº 33902.205206/2002-90, com o objetivo de apurar conduta infrativa imputada à **COMPROMISSÁRIA**;

considerando a necessidade de adequação das condutas em apuração no referido processo às normas estabelecidas pela Lei 9.656/98 e sua regulamentação, bem como a necessidade de se evitar a prática reiterada destas condutas por parte da **COMPROMISSÁRIA**, objetivando-se, assim, atender ao interesse público visado com a regulação do mercado de saúde suplementar;

considerando, finalmente, o interesse da **COMPROMISSÁRIA**, ainda que não reconheça a ilicitude das condutas em apuração, em assumir obrigações positivas e negativas que assegurem sua plena regularização perante esta Agência Reguladora;

resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, aprovado pela Diretoria Colegiada da **ANS** na Reunião Ordinária realizada em 05 de junho de 2006, de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Este Termo tem por objeto o ajustamento de condutas em apuração no Processo Administrativo nº 33902.205206/2002-90, instaurado em decorrência de fiscalização do Programa Olho Vivo, pela Gerência-Geral de Fiscalização Planejada/DIFIS, resultando na lavratura do Auto de Infração de nº 11070 em razão da constatação de cláusulas contratuais em desconformidade com a legislação, verificadas na comercialização dos produtos provisoriamente registrados na **ANS** sob os números 432.115/00-4 e 429.186/00-7, comercializados por meio dos contratos respectivamente designados *Usisaúde Super Especial B* e *Unisaúde Referência*, ambos de contratação individual/familiar, correspondentes aos seguintes dispositivos:

- a. **Cláusula 12.1.1 e 12.1.1.1** – Estabelecer condições para aceitação do consumidor em plano de saúde, em inobservância ao disposto no art. 14 da Lei nº 9.656/1998;
- b. **Cláusula 12.1 e 12.1.1.1** – Deixar de garantir cobertura obrigatória ao estabelecer data de início de vigência do contrato em desacordo com a legislação, em inobservância ao estabelecido no inciso V, art. 12 da Lei nº 9.656/1998;
- c. **Cláusula Sexta** – Deixar de garantir cobertura de cirurgia plástica reconstrutiva para câncer de mama, em inobservância ao disposto nos arts. 10-A, 12 e 16, inciso VI da Lei nº 9.656/1998;
- d. **Cláusula 7.1.12** – Deixar de garantir cobertura eventos incluídos no Rol de Procedimentos, em inobservância ao disposto nos arts. 10, §4º, 12 e 35-F da Lei nº 9.656/98 c/c parágrafo único do art. 4º e parágrafo único do art. 5º da CONSU 10/1998, Anexos da RDC 81/2001;
- e. **Cláusula 7.1.16** – Deixar de garantir cobertura de atendimento decorrente de acidente de trabalho e de doenças profissionais no plano individual/familiar, em inobservância ao disposto nos arts. 10, *caput*, 12 e art. 35-C da Lei n.º 9656/1998 c/c §1º do art. 2º da CONSU 10/1998;
- f. **Cláusula 6.6.1** – Deixar de garantir cobertura de 180 dias por ano em regime de hospital-dia para tratamento de transtornos psiquiátricos, em inobservância ao disposto nos arts. 12, II e 16, VI da Lei n.º 9656/1998 e inciso II do art. 5º da CONSU 11/1998;
- g. **Cláusula 6.8** – Deixar de cumprir a norma regulamentar relativa à cobertura de doenças ou lesões preexistentes ao não fornecer aos consumidores portadores de DLP a relação dos procedimentos de alta complexidade que serão submetidos à CPT, em inobservância ao disposto no §4º do art. 10 da Lei nº 9656/1998 c/c art. 4º da RDC 68/2001;
- h. **Cláusula 5.4.1** – Deixar de garantir inscrição do recém-nascido isento de carência quando inscrito até 30 dias do nascimento ou adoção, no plano hospitalar com obstetrícia, em inobservância ao disposto no art. 12, III, "b" da Lei nº 9656/1998;

- i. **Cláusula 6.4** – Deixar de garantir cobertura assistencial ao recém nascido durante 30 dias após o parto, no plano hospitalar com obstetrícia, em inobservância ao disposto na alínea "a", *inc.* III, art. 12 da Lei nº 9.656/98;
- j. **Cláusula 6.7.1.1.2** – Deixar de cumprir norma regulamentar de urgência e emergência ao não garantir cobertura de remoção para o SUS após atendimento de urgência e emergência na forma da lei, em inobservância ao disposto no *caput* e parágrafos 2º e 3º do art. 7º da CONSU 13/1998 c/c art. 35-C da Lei nº 9.656/1998;
- k. **Cláusula 5.2 e 9.3** – Deixar de cumprir norma de regulação ao estabelecer mecanismos que impeçam ou dificultem o atendimento em caso de urgência ou emergência, em inobservância ao disposto no inciso V do art. 2º da Resolução CONSU 8/1998 c/c alínea "d" do §1º do art. 1º da Lei nº 9.656/1998; e
- l. **Cláusula Sexta** - Deixar de cumprir norma regulamentar de urgência e emergência ao não garantir cobertura integral, ambulatorial e hospitalar para urgência e emergência no plano-referência, após 24 (vinte e quatro) horas da vigência do contrato, em inobservância ao disposto no art. 5º da Resolução CONSU 13/1998 c/c art. 35-C da Lei nº 9.656/98.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA**

Para dar exato cumprimento às normas que regulamentam o exercício da atividade de comercialização de planos privados de assistência à saúde, nos termos do que estabelece a Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação, a **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a praticar todos os atos a seguir indicados, sujeitando-se às respectivas multas pecuniárias em caso de descumprimento:

**2.1 – Obrigação assumida pela COMPROMISSÁRIA referente à futura comercialização dos produtos provisoriamente registrados na ANS sob os números 432.115/00-4 e 429.186/00-7, através dos contratos designados Usisaúde Super Especial B e Unisaúde Referência, ambos de contratação individual/familiar:**

**2.1.1 – Cessar**, a partir da data de assinatura do presente Termo até a obtenção do registro definitivo, a utilização dos contratos **Usisaúde Super Especial B e Unisaúde Referência de contratação individual/familiar**, para comercialização dos produtos provisoriamente registrados na **ANS** sob os números **432.115/00-4 e 429.186/00-7**, assim como de qualquer outro instrumento contratual que confronte com as obrigações assumidas neste Termo.

**2.2 – Obrigações assumidas pela COMPROMISSÁRIA referente ao aditamento dos contratos denominados Usisaúde Super Especial B e Unisaúde Referência de contratação individual/familiar, por ela comercializados até a data de assinatura do presente Termo:**

**2.2.1 – Apresentar**, para aprovação da **ANS**, mediante correspondência encaminhada à Gerência Geral de Fiscalização Planejada, na Avenida Augusto Severo, nº 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro – CEP 20021-040, **no prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção dos registros definitivos dos produtos indicados no item anterior**, a minuta para aditamento aos contratos firmados em data anterior à de assinatura do presente Termo em decorrência da comercialização dos produtos registrados provisoriamente sob os números 432.115/00-4 e 429.186/00-7, contemplando todas as alterações promovidas nas disposições contratuais aprovadas no processo de concessão do registro definitivo de tais produtos.

**2.2.2 – Encaminhar** à Gerência Geral de Fiscalização Planejada – GGFIPI, da Diretoria de Fiscalização – DIFIS, **no prazo de 30 (trinta) dias** da aprovação das minutas de aditamento de que tratam o item 2.2.1, uma via do aditamento aos contratos em vigor na data da assinatura do presente Termo, nos termos aprovados pela **ANS**.

**2.2.3 – Comunicar** aos titulares dos contratos em vigor nesta data, **no prazo de 30 (trinta) dias após o encaminhamento de que trata o item anterior**, as alterações promovidas em seus contratos, convocando-os para retirar os respectivos aditamentos em qualquer das regionais da Operadora.

**2.2.3.1** – A obrigação assumida neste item deverá ser comprovada mediante apresentação de AR endereçado ao titular do contrato, ou qualquer outra forma que comprove a ciência inequívoca do beneficiário titular, deixando tais comprovantes disponíveis à fiscalização da **ANS** a ser realizada após o encerramento do prazo de vigência deste TCAC.

**2.3** – Pelo descumprimento das obrigações assumidas no *caput* desta cláusula, a **COMPROMISSÁRIA** ficará sujeita, enquanto perdurar o eventual descumprimento, às seguintes **multas diárias**:

**2.3.1** – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.1.1, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

**2.3.2** – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.1, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

**2.3.3** – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.2, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

**2.3.4** – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.3, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROCESSO DE AJUSTAMENTO DA(S) CONDUTA(S)**

O acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior serão coordenados pela Diretoria de Fiscalização - DIFIS, com apoio da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO, em razão de suas competências regimentais.

**3.1** – Encerrados os prazos concedidos para ajustamento pleno das condutas e realizadas as diligências necessárias à verificação dos atos praticados pela **COMPROMISSÁRIA**, a Diretoria de Fiscalização elaborará parecer conclusivo e propositivo a ser encaminhado à Diretoria Colegiada.

**3.2** – Na hipótese de o parecer elaborado propor o reconhecimento de não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**, será concedido prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação, para que esta se manifeste, antes de o processo ser encaminhado para julgamento pela Diretoria Colegiada.

**3.3** – Observados os procedimentos estabelecidos nos itens anteriores, o processo será encaminhado à Diretoria Colegiada que deliberará sobre o cumprimento ou não das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**

O Processo Administrativo de nº 33902.205206/2002-90 ficará suspenso a partir da data da assinatura do presente Termo e assim permanecerá até que haja decisão quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas no TCAC pela Diretoria Colegiada.

**4.1** – Reconhecido o cumprimento integral das obrigações assumidas, o Processo Administrativo Sancionador será julgado extinto e arquivado.

**4.2** – Declarado o não cumprimento de qualquer das obrigações, o processo administrativo sancionador que tiver por objeto a investigação de obrigação não cumprida terá sua suspensão revogada, prosseguindo exclusivamente com relação a tais obrigações.

**4.3** – Além da revogação de suspensão indicada no item anterior, o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta será enviado à Procuradoria-Geral da **ANS** para execução judicial, na forma do art. 645 do Código de Processo Civil, das obrigações não cumpridas, bem como do valor correspondente à incidência das multas diárias previstas na Cláusula Segunda, sem prejuízo das penalidades a serem aplicadas pela Diretoria de Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 14 da RDC nº 57/2001, decorrente da infração que vier a ser comprovada no âmbito do processo sancionador.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, encerrando sua vigência **90 (noventa) dias** após a concessão pela **ANS** do registro definitivo dos produtos a que se refere o item 2.1.1 supra.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO TCAC**

Este Termo será extinto com a declaração da Diretoria Colegiada de cumprimento de todas as obrigações nele assumidas, com o conseqüente arquivamento do processo administrativo de natureza sancionadora que lhe deu origem.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE NOVO TCAC**

A **COMPROMISSÁRIA** declara-se ciente de que o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente ajuste implicará, além das medidas indicadas nas cláusulas precedentes, na impossibilidade de celebração de outro Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar do ato de revogação da suspensão do processo administrativo sancionador.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

Este Termo será publicado no Diário Oficial da União em até 5 (cinco) dias úteis após sua assinatura, na forma de extrato, e seu inteiro teor será divulgado na página da **ANS**, no endereço eletrônico <http://www.ans.gov.br>.

E, estando a **COMPROMISSÁRIA** de acordo com as condições aqui estabelecidas, e ciente de que o descumprimento total ou parcial do presente Termo ensejará sua remessa à Procuradoria da **ANS** para execução judicial das obrigações dele decorrentes como título executivo extrajudicial, é o presente assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os fins de direito.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

---

**FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER**  
**Ronaldo Monteiro de Sousa**

---

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS**  
**Dr. Fausto Pereira dos Santos**